

RESOLUÇÃO Nº 012/2023 – CPJ DE 13 DE JULHO DE 2023

Aprova **Projeto de Lei** que “dispõe sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas”.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar nº 02/90,

Considerando que, a teor do inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Considerando que as experiências acumuladas pela gestão do Ministério Público do Estado de Sergipe já permitem precisar o dimensionamento do seu Quadro de Pessoal, na medida da real necessidade do desempenho de suas funções;

Considerando que a transformação de nomenclatura de alguns cargos permite ao órgão uma maior mobilidade funcional, o que atende ao dinamismo da moderna administração pública;

Considerando a necessidade de estruturação das Unidades Ministeriais com a definição de Assessorias, especialmente as Promotorias de Justiça e os Grupos de Atuação Especial, diretamente vinculados à atividade-fim do Ministério Público;

Considerando que o enquadramento dos Promotores de Justiça como agentes políticos e o amplo plexo de atribuições e responsabilidades que lhe foi conferido pela Carta Magna tornam premente a criação do cargo de Assessor de Promotor de Justiça, a ser provido mediante prévia indicação do titular da Promotoria, em paralelismo com cargo congênere já consolidado na estrutura das Procuradorias de Justiça;

Considerando que semelhante estruturação das Promotorias de Justiça com cargos de provimento em comissão, além dos cargos efetivos já existentes, vem sendo uniformemente adotada pelos demais ramos do Ministério Público brasileiro;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o **Projeto de Lei** anexo que “*dispõe sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas*”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Edifício “Governador Luiz Garcia”, em Aracaju, 13 de julho de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

Manoel Cabral Machado Neto

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

PROCURADORES DE JUSTIÇA:

José Carlos de Oliveira Filho

Maria Cristina da G. e S. Foz Mendonça

Rodomarques Nascimento

Luiz Valter Ribeiro Rosário

Josenias França do Nascimento

Ana Christina Souza Brandi

Celso Luís Dória Leó

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Carlos Augusto Alcântara Machado

Ernesto Anízio Azevedo Melo

Jorge Murilo Seixas de Santana

Paulo Lima de Santana

Eduardo Barreto d'Avila Fontes

Luiz Alberto Moura Araújo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº DE DE DE 2023

Dispõe sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados **36 (trinta e seis)** cargos de provimento em comissão de natureza especial de **Assessor de Promotor de Justiça, símbolo MP-CCE-4**, que passam a integrar o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica alterada a nomenclatura dos cargos de provimento em comissão de natureza especial de **Assessor de Gestão Operacional I**, para **Assessor de Promotor de Justiça, símbolo MP-CCE-4**, permanecendo inalterada a respectiva simbologia e valor, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º Os cargos em comissão de natureza especial de **Assessor de Promotor de Justiça, símbolo MP-CCE-4**, a que se referem os arts. 1º e 2º desta Lei, são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 4º A indicação para provimento dos cargos em comissão de natureza especial de **Assessor de Promotor de Justiça, símbolo MP-CCE-4**, a que se referem os arts. 1º e 2º desta Lei, será de iniciativa do Promotor de Justiça titular da respectiva Promotoria de Justiça.

Art. 5º O provimento dos cargos em comissão de natureza especial de **Assessor de Promotor de Justiça, símbolo MP-CCE-4**, a que se referem os arts. 1º e 2º desta Lei, dar-se-á de forma gradual, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para despesas com pessoal.

Parágrafo único. O provimento dos cargos em comissão de natureza especial de **Assessor de Promotor de Justiça, símbolo MP-CCE-4**, observará, ainda, a demanda do serviço, aferida segundo critérios objetivos, das Promotorias de Justiça com atribuições ou características semelhantes, agrupadas em cada fase de expansão da nova estrutura de pessoal.

Art. 6º Fica alterada a nomenclatura de **01 (um)** cargo de provimento em comissão de natureza especial de **Assessor Operacional Funcional**, para **Chefe da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo, símbolo MP-CCE-3**, vinculado à Coordenadoria Permanente de Autocomposição e Paz – COAPAZ, permanecendo inalterada a respectiva simbologia e valor, conforme Anexo II desta Lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 7º Ficam criados **02 (dois)** cargos de provimento em comissão simples de **Assessor da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo, símbolo MP-CCS-3**, vinculados à Coordenadoria Permanente de Autocomposição e Paz – COAPAZ, que passam a integrar o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 8º Ficam alteradas as nomenclaturas dos cargos de provimento em comissão simples de **Chefe de Gabinete da Ouvidoria e Chefe do Setor de Estatística da Ouvidoria**, para **Assessor do Gabinete da Ouvidoria, símbolo MP-CCS-3**, vinculado à Ouvidoria do Ministério Público, permanecendo inalterada a respectiva simbologia e valor, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 9º Fica criado **01 (um)** cargo de provimento em comissão de natureza especial de **Assessor da Coordenadoria de Inovação, símbolo MP-CCE-2**, vinculado à Coordenadoria de Inovação, que passa a integrar o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 10. Fica criado **01 (um)** cargo de provimento em comissão de natureza especial de **Assessor-Chefe do Gabinete da Ouvidoria, símbolo MP-CCE-3**, vinculado à Ouvidoria do Ministério Público, que passa a integrar o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 11. Ficam criados **04 (quatro)** cargos de provimento em comissão de natureza especial de **Assessor de Grupo de Atuação Especial, símbolo MP-CCE-3**, vinculados aos Grupos de Atuação Especial do Ministério Público, que passam a integrar o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 12. A indicação para provimento dos cargos em comissão de natureza especial de **Assessor da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo, símbolo MP-CCS-3**; de **Assessor do Gabinete da Ouvidoria, símbolo MP-CCS-3**; de **Assessor da Coordenadoria de Inovação, símbolo MP-CCE-2**; e de **Assessor-Chefe do Gabinete da Ouvidoria, símbolo MP-CCE-3**, a que se referem os arts. 7º, 8º, 9º e 10 desta Lei, será de iniciativa do Membro vinculado ao respectivo órgão.

Art. 13. A indicação para provimento dos cargos em comissão de natureza especial de **Assessor de Grupo de Atuação Especial, símbolo MP-CCE-3**, a que se refere o art. 11 desta Lei, será feita preferencialmente mediante indicação do Membro vinculado ao respectivo órgão.

Art. 14. Fica transformado **01 (um)** cargo de provimento em comissão simples de **Assessor do Coordenador da Divisão de Patrimônio, símbolo MP-CCS-3**, em **01 (um)** cargo de provimento em comissão simples de **Assessor da Divisão de Patrimônio, símbolo MP-CCS-5**; em **01 (um)** cargo de provimento em comissão simples de **Assessor Operacional, símbolo MP-CCS-5**; e em **01 (uma)** função de confiança de **Assessor de Serviços Operacionais I, símbolo FC-1**, alterando-se nomenclatura, simbologia e valor, conforme Anexo II desta Lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 15. Fica transformado 01 (um) cargo de provimento em comissão simples de **Assessor do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, símbolo MP-CCS-2**, em 01 (um) cargo de provimento em comissão de natureza especial de **Coordenador da Seção de Secretaria e Expediente do Colégio de Procuradores de Justiça, símbolo MP-CCE-2**, alterando-se nomenclatura, simbologia e valor, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 16. Ficam criadas **10 (dez)** funções de confiança de **Assessor de Serviços Operacionais I, símbolo FC-1**, que passam a integrar o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. As funções de confiança de **Assessor de Serviços Operacionais I, símbolo FC-1**, a que se refere o *caput* deste artigo, são privativas de portadores de diploma de nível superior.

Art. 17. Os cargos em comissão, definidos no Anexo IV desta Lei, devem ser preenchidos por servidores efetivos do Ministério Público de Sergipe, no percentual de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do número dos cargos em comissão existentes.

Art. 18. O limite de servidores requisitados ou cedidos de órgãos não pertencentes ao Ministério Público de Sergipe será de 20% (vinte por cento) do total do quadro de servidores efetivos.

Art. 19. As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe ou por servidores requisitados ou cedidos de órgãos não pertencentes ao Ministério Público de Sergipe.

Art. 20. O valor do vencimento básico dos cargos em comissão de natureza especial, símbolo MP-CCE-4, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, fica alterado para R\$ 634,44 (seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), conforme Anexo IV desta Lei.

Art. 21. O valor do vencimento básico das funções de confiança, símbolo FC-1, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, fica alterado para R\$ 1.407,19 (mil, quatrocentos e sete reais e dezenove centavos), conforme Anexo V desta Lei.

Art. 22. Os quadros demonstrativos de cargos de provimento em comissão de natureza especial e simples e das funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, oriundos das Leis nº 6.450/2008, nº 6.881/2010, nº 7.103/2010, nº 7.232/2011, nº 7.649/2013, nº 8.149/2016, nº 8.531/2019 e nº 9.014/2022, e dos Atos nº 441/2017, nº 024/2022, nº 223/2022 e nº 284/2022 e, ainda, os Anexos de I a III desta Lei, ficam consolidados nos termos dos Anexos IV e V, a partir da vigência desta Lei.

Art. 23. As atribuições dos cargos em comissão de natureza especial de **Coordenador da Seção de Secretaria e Expediente do Colégio de Procuradores de Justiça, símbolo MP-CCE-2**, de **Assessor da Coordenadoria de Inovação, símbolo MP-CCE-2**, de **Assessor de Grupo de Atuação Especial, símbolo MP-CCE-3**, de **Chefe da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo, símbolo MP-CCE-3**, de **Assessor-Chefe do Gabinete da**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ouvidoria, símbolo MP-CCE-3, de Assessor de Promotor de Justiça, símbolo MP-CCE-4, e dos cargos em comissão simples de Assessor da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo, símbolo MP-CCS-3, e de Assessor do Gabinete da Ouvidoria, símbolo MP-CCS-3, ficam estabelecidas na forma do Anexo VI desta Lei.

Parágrafo único As atribuições dos demais cargos em comissão, de natureza especial e simples, e das funções de confiança pertencentes ao Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe são as constantes do Anexo IV da Lei nº 8.149/2016 e Anexo XI da Lei nº 8.531/2019, com a redação dada pela Lei nº 9.014/2022.

Art. 24. Fica acrescentado um parágrafo único ao artigo 12 da Lei nº 6.450, de 16 de julho de 2008, alterado pelo art. 1º da Lei nº 8.330, de 6 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

“Art. 12. (...)

Parágrafo único. Não se aplica o limite temporal de 6 (seis) meses previsto no *caput* deste artigo, nas seguintes hipóteses:

I – aos Técnicos do Ministério Público, quando lotados em triagem técnica que englobe mais de uma Promotoria de Justiça;

II – aos Analistas e Técnicos do Ministério Público lotados no Grupo de Apoio Operacional da Secretaria-Geral do Ministério Público, quando designados para atuar cumulativamente em mais de uma Promotoria de Justiça;

III – aos Analistas ou Técnicos do Ministério Público lotados em Centros de Apoio Operacional, Coordenadorias especializadas e outros órgãos administrativos ligados à atividade-fim, quando designados para substituir cumulativamente em Promotorias de Justiça; e

IV – aos Analistas ou Técnicos do Ministério Público, quando designados para atuar junto à Coordenadoria Permanente de Autocomposição e Paz – COAPAZ, sem prejuízo de suas atribuições em sua unidade de origem.”

Art. 25. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei devem correr à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, de _____ de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

FÁBIO CRUZ MITIDIERI
GOVERNADOR DO ESTADO



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº
DE DE DE 2023

ANEXO I

**Quadro demonstrativo de cargos de provimento em comissão dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe CRIADOS,
a partir da vigência desta Lei**

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE NATUREZA ESPECIAL	QUANTIDADE DE VAGAS	SÍMBOLO	VALOR VIGENTE REAL (R\$)
Assessor da Coordenadoria de Inovação	01	MP-CCE-2	2.231,37
Assessor-Chefe do Gabinete da Ouvidoria	01	MP-CCE-3	1.462,72
Assessor de Grupo de Atuação Especial	04	MP-CCE-3	1.462,72
Assessor de Promotor de Justiça	36	MP-CCE-4	634,44
SUBTOTAL	42		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SIMPLES	QUANTIDADE DE VAGAS	SÍMBOLO	VALOR VIGENTE REAL (R\$)
Assessor da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo	02	MP-CCS-3	3.520,52
SUBTOTAL	02		
TOTAL GERAL	44		



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº

DE DE DE 2023

ANEXO II

Quadro demonstrativo de cargos de provimento em comissão dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe TRANSFORMADOS, a partir da vigência desta Lei

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA			
CARGO	SÍMBOLO	QUANT.	VALOR (R\$)	CARGO	SÍMBOLO	QUANT.	VALOR (R\$)
Assessor de Gestão Operacional I	MP-CCE-4	22	528,70	Assessor de Promotor de Justiça	MP-CCE-4	22	634,44
Assessor Operacional Funcional	MP-CCE-3	01	1.462,72	Chefe da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo	MP-CCE-3	01	1.462,72
Assessor do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	MP-CCS-2	01	4.437,72	Coordenador da Seção de Secretaria e Expediente do Colégio de Procuradores de Justiça	MP-CCE-2	01	2.231,37
Chefe de Gabinete da Ouvidoria	MP-CCS-3	01	3.520,52	Assessor do Gabinete da Ouvidoria	MP-CCS-3	01	3.520,52
Chefe do Setor de Estatística da Ouvidoria	MP-CCS-3	01	3.520,52	Assessor do Gabinete da Ouvidoria	MP-CCS-3	01	3.520,52
Assessor do Coordenador da Divisão de Patrimônio	MP-CCS-3	01	3.520,52	Assessor da Divisão de Patrimônio	MP-CCS-5	01	2.155,39
				Assessor Operacional	MP-CCS-5	01	2.155,39
				Assessor de Serviços Operacionais I	FC-1	01	1.407,19
TOTAL		27		TOTAL		29	



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº

DE DE DE 2023

ANEXO III

**Quadro demonstrativo de funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe CRIADAS,
a partir da vigência desta Lei**

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA	QUANTIDADE DE VAGAS	SÍMBOLO	VALOR VIGENTE REAL (R\$)
Assessor de Serviços Operacionais I	10	FC-1	1.407,19
TOTAL GERAL	10		



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº
DE DE DE 2023

ANEXO IV

Quadro demonstrativo de cargos de provimento em comissão de natureza especial e simples dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, a partir da vigência desta Lei

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE NATUREZA ESPECIAL	QUANTIDADE DE VAGAS	SÍMBOLO	VALOR VIGENTE EM REAL (R\$)
Assessor de Procurador-Geral de Justiça	01	MP-CCE-GP	4.228,39
Assessor de Procurador de Justiça	42		
Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica	01		
Diretor de Recursos Humanos	01	MP-CCE-1	3.411,68
Diretor Financeiro	01		
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	01		
Diretor Administrativo	01		
Diretor de Gestão Estratégica e Orçamentária	01		
Coordenador de Acompanhamento de Atividades Judiciais	01	MP-CCE-2	2.231,37
Coordenador de Acompanhamento de Atividades Extrajudiciais	01		
Coordenador da Divisão Financeira	01		
Coordenador da Divisão de Material	01		
Coordenador da Divisão de Apoio Administrativo	01		
Coordenador do Centro Médico	01		
Coordenador Administrativo e Pedagógico	01		
Coordenador da Divisão de Serviço Social	01		
Coordenador da Divisão de Auditoria Interna	01		
Coordenador da Divisão de Engenharia e Manutenção	01		
Coordenador da Divisão de Pagamento e Centro de Custo	01		
Coordenador da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos	01		
Coordenador da Perícia Técnica	01		
Coordenador da Divisão de Perícia Contábil	01		
Coordenador da Divisão de Gestão Estratégica e Projetos	01		
Coordenador da Divisão de Gestão Orçamentária	01		
Coordenador da Divisão Administrativa do Gabinete do Procurador-Geral	01		
Coordenador da Divisão de Controle e Gestão de Estagiários	01		
Coordenador da Divisão de Infraestrutura	01		
Coordenador da Divisão de Projetos de TIC	01		
Coordenador da Divisão de Suporte	01		
Coordenador do Gabinete de Segurança Institucional	01		
Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado	01		
Coordenador da Divisão de Produção de Software	01		
Coordenador da Divisão de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	01		
Coordenador da Central de Diligências	01		
Coordenador da Divisão de Design e Mídia	01		
Coordenador de Cartório 2º Grau	01		
Coordenador da Seção de Secretaria e Expediente do Colégio de	01		



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procuradores de Justiça			
Assessor Institucional Operacional	06		
Assessor do Diretor de Recursos Humanos	01		
Assessor do Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	01		
Assessor do Diretor Financeiro	01		
Assessor do Diretor Administrativo	02		
Assessor do Coordenador da Divisão Administrativa do Gabinete do Procurador-Geral	01		
Assessor da Diretoria de Gestão Estratégica e Orçamentária	01		
Assessor da Coordenadoria de Inovação	01		
Chefe da Secretaria do Gabinete do Corregedor-Geral	01		
Chefe do Gabinete da Escola Superior do Ministério Público	01		
Assessor da Coordenadoria-Geral	02		
Assessor da Corregedoria-Geral	02		
Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral	01		
Chefe da Biblioteca	01		
Chefe do Arquivo Central do Ministério Público	01		
Chefe da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo	01	MP-CCE-3	1.462,72
Assessor-Chefe do Gabinete da Ouvidoria	01		
Assessor do Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral	01		
Assessor Operacional Funcional	15		
Assessor de Tecnologia da Informação e Comunicação	10		
Assessor de Gestão de Pessoas I	01		
Assessor de Grupo de Atuação Especial	04		
Assessor de Promotor de Justiça	58	MP-CCE-4	634,44
SUBTOTAL 1	192		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SIMPLES	QUANTIDADE DE VAGAS	SÍMBOLO	VALOR VIGENTE EM REAL (R\$)
Assessor do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	02		
Assessor da Divisão de Gestão Estratégica e Projetos	01		
Assessor do Coordenador da Divisão de Material	01		
Assessor de Consultoria de Licitações e Contratos	01		
Assessor de Consultoria de Processos Administrativos	01		
Assessor de Gestão de Pessoas II	01		
Assessor de Gestão Operacional II	02		
Chefe do Núcleo de Controle e Distribuição Processual	01		
Chefe do Núcleo de Empenho	01		
Chefe do Núcleo de Consignações, Custos e Gratificações	01	MP-CCS-2	4.437,72
Chefe do Núcleo de Comunicação	01		
Chefe do Núcleo de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos	01		
Chefe do Núcleo de Cadastramento, Documentação e Distribuição Funcional	01		
Chefe do Núcleo de Contabilidade	01		
Chefe do Núcleo de Perícia Contábil	01		
Chefe de Serviços de Manutenção – Capital	01		
Chefe dos Serviços de Manutenção – Interior	01		
Chefe do Setor de Análise e Estatística do Cartório	01		
Chefe do Setor de Almoxarifado	01	MP-CCS-3	3.520,52
Chefe do Arquivo Setorial do RH	01		



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Chefe do Setor de Convênios e Contratos de Estagiários	01		
Chefe do Setor de Análise de Titulação e Controle de Frequência	01		
Assessor do Núcleo de Controle e Distribuição Processual do Conselho Superior	02		
Assessor do Coordenador Administrativo e Pedagógico da Escola Superior do Ministério Público	01		
Assessor da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo	02	MP-CCS-3	3.520,52
Assessor do Gabinete da Ouvidoria	02		
Assessor de Gestão Operacional III	01		
Assessor do Diretor da Escola Superior do Ministério Público	01	MP-CCS-4	3.143,09
Assessor de Apoio Operacional	03		
Assessor Operacional	54	MP-CCS-5	2.155,39
Assessor do Arquivo Setorial do RH	01		
Assessor da Divisão de Patrimônio	01		
Assessor do Núcleo de Perícia Contábil	01	MP-CCS-6	1.524,54
Assessor do Núcleo de Liquidação e Pagamento	01		
SUBTOTAL 2	94		
TOTAL GERAL (1+2)	286		



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº
DE DE DE 2023

ANEXO V

Quadro demonstrativo de funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, a partir da vigência desta Lei

DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA	QUANTIDADE DE VAGAS	SÍMBOLO	VALOR VIGENTE EM REAL (R\$)
Assessor de Serviços Operacionais I	48	FC-1	1.407,19
Assessor de Serviços Operacionais II	24	FC-2	959,44
Chefe de Secretaria	23	FC-2	959,44
TOTAL GERAL	95		



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**PROJETO DE LEI Nº
DE DE DE 2023**

ANEXO VI

Atribuições dos cargos em comissão, de natureza especial e simples, dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, previstos no art. 20 desta Lei

I – Ao Coordenador da Seção de Secretaria e Expediente do Colégio de Procuradores de Justiça, cabe:

a) Receber, registrar, distribuir, fornecer cópias e expedir processos e papéis, de acordo com a orientação do Presidente e do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça;

b) Manter arquivo da correspondência recebida e expedida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, bem como de outros documentos de seu interesse;

c) Preparar os expedientes para o Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça;

d) Executar serviço de digitação ou registro eletrônico das atas e resoluções para o Presidente e para o Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça;

e) Publicar, no Portal da Transparência do Ministério Público, por determinação do Presidente e do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, os seguintes documentos relativos ao Colégio de Procuradores de Justiça:

1. Pautas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias;

2. Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias;

3. Áudios das Sessões;

4. Atas das Reuniões das Comissões Permanentes e Temporárias;

5. Resoluções;

6. Súmulas de Entendimento;

7. Outros documentos cuja publicação seja determinada pelo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

f) Desempenhar outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Presidente e pelo Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

II – Ao Assessor da Coordenadoria de Inovação, cabe:

- a) assessorar o Membro designado para a Coordenadoria de Inovação, em assuntos de natureza técnica ou administrativa;
- b) coordenar as atividades administrativas da unidade e o trabalho dos servidores e estagiários, realizando a distribuição de tarefas e fiscalizando o cumprimento de seus deveres funcionais;
- c) estabelecer e organizar as rotinas e processos de trabalho da unidade;
- d) apresentar, ao Membro designado para a Coordenadoria de Inovação, sugestões quanto à política institucional relativa às áreas de atuação do órgão;
- e) auxiliar o Membro designado para a Coordenadoria de Inovação, no processo motivacional e na avaliação de desempenho, visando ao melhor comprometimento da equipe;
- f) exercer outras atribuições que venham a ser determinadas pelo Membro designado para a Coordenadoria de Inovação, dentro de seu nível e limites de atribuição
- g) gerenciar as atividades da Coordenadoria de Inovação, especialmente as seguintes: monitorar estruturas físicas, acionando os setores responsáveis, quando necessário; gerenciar e coordenar a equipe de trabalho da unidade, avaliando a carga laborativa e o desempenho dos servidores e assessorando o Membro na distribuição de tarefas e, ainda, no planejamento, formatação e execução dos fluxogramas administrativos e das atividades institucionais, entre outras atribuições específicas da unidade;
- h) planejar e executar atividades específicas para a manutenção de programas e projetos da Coordenadoria de Inovação;
- i) planejar e monitorar a alimentação e a movimentação de dados e informações, inclusive estatísticas de programas e projetos específicos da Coordenadoria de Inovação;
- j) manter registro e controle das atividades desenvolvidas, apresentando relatórios;
- k) executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no Anexo IV, item V, da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016.

III – Ao Assessor de Grupo de Atuação Especial, cabe:

- a) Assessorar o Promotor de Justiça, Coordenador do Grupo de Atuação Especial, em assuntos de natureza jurídica, técnica ou administrativa;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

b) Executar atividades estratégicas na unidade administrativa vinculada ao Grupo de Atuação Especial ou quando lotado nestes órgãos e assessorar o Coordenador no planejamento, formatação e execução dos processos de trabalho, notadamente quando envolvam dados sigilosos ou sensíveis;

c) Chefiar e gerenciar as atividades do Grupo de Atuação Especial, especialmente as seguintes: monitorar estruturas físicas, acionando os setores responsáveis, quando necessário; gerenciar e coordenar a equipe de trabalho da unidade, avaliando a carga de trabalho e o desempenho dos servidores e assessorando o Membro na distribuição de tarefas; assessorar o Membro no planejamento, formatação e execução dos processos de trabalho, a exemplo da tramitação de procedimentos extrajudiciais e processos judiciais, inclusive de caráter sigiloso e que contenham dados sensíveis, fluxogramas administrativos e das atividades-fim, entre outras atribuições específicas da unidade;

d) Elaborar e apresentar minutas de pareceres e demais peças processuais, bem como estudos de projetos específicos do Grupo de Atuação Especial a que tiver vinculado;

e) Cientificar o Promotor de Justiça, Coordenador do Grupo de Atuação Especial junto ao qual atue, de fatos que, a seu juízo, caracterizem irregularidades passíveis de serem reparadas, denunciadas ou questionadas pelo Ministério Público;

f) Planejar e executar atividades específicas para a manutenção de programas e projetos do Grupo de Atuação Especial e/ou delineados pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

g) Planejar, supervisionar, controlar e atualizar a alimentação e a movimentação de dados e informações, inclusive estatísticas de programas e projetos específicos do Grupo de Atuação Especial ou do Conselho Nacional do Ministério Público;

h) Planejar, supervisionar e atualizar os controles dos prazos processuais e procedimentais, objetivando o seu integral cumprimento;

i) Manter registro e controle das atividades desenvolvidas, apresentando relatórios;

j) Executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no Anexo IV, item V, da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016.

IV – Ao Chefe da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo, cabe:

a) Coordenar e organizar o cumprimento de diligências;

b) Orientar e prestar esclarecimentos às partes, advogados e defensores públicos que comparecerem à COAPAZ, especialmente os que possuírem procedimento ou processo sob sua guarda;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- c) Coordenar, organizar, orientar e fiscalizar o trabalho desenvolvido pelos mediadores, facilitadores/instrutores de práticas restaurativas e assessores da COAPAZ;
- d) Distribuir os procedimentos instaurados e organizar a pauta de práticas autocompositivas;
- e) Padronizar os serviços e atividades do setor;
- f) Monitorar a alimentação de sistema informatizado próprio para o registro das tarefas;
- g) Consolidar os resultados alcançados para entrega ao Procurador de Justiça -Coordenador;
- h) Participar e realizar sessões de mediação, conciliação e círculos de construção de paz quando necessário;
- i) Cumprir as orientações e definições que forem dadas pela Coordenação da COAPAZ, bem como prestar-lhe suporte quando solicitado;
- j) Elaborar e desenvolver junto à Coordenação da COAPAZ, e com o apoio da assessoria, projetos de disseminação e execução das práticas restaurativas internos e de alcance externo;
- k) Integrar e desenvolver junto à Coordenação da COAPAZ o Fórum Restaurativo junto às instituições do sistema de justiça e organizações governamentais e não governamentais;
- l) Executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no Anexo IV, item V, da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016.

V – Ao Assessor-Chefe do Gabinete da Ouvidoria, cabe:

- a) Assessorar o Ouvidor do Ministério Público em assuntos de natureza jurídica, técnica ou administrativa;
- b) Executar atividades estratégicas da Ouvidoria e assessorar o Ouvidor no planejamento, formatação e execução dos processos de trabalho, notadamente quando envolvam dados sigilosos ou sensíveis;
- c) Chefiar e gerenciar as atividades da Ouvidoria, especialmente as seguintes: monitorar estruturas físicas, acionando os setores responsáveis, quando necessário; gerenciar e coordenar a equipe de trabalho da unidade, avaliando a carga de trabalho e o desempenho dos servidores e assessorando o Ouvidor na distribuição de tarefas; assessorar o Ouvidor no planejamento, formatação e execução dos processos de trabalho, a exemplo da tramitação de procedimentos, inclusive de caráter sigiloso e que contenham dados sensíveis, fluxogramas administrativos e das atividades-fim, entre outras atribuições específicas da unidade;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- d) Elaborar e apresentar minutas de respostas às denúncias, bem como estudos de projetos específicos da Ouvidoria;
- e) Cientificar o Ouvidor de fatos que, a seu juízo, caracterizem irregularidades passíveis de serem reparadas, denunciadas ou questionadas pelo Ministério Público;
- f) Planejar e executar atividades específicas para a manutenção de programas e projetos da Ouvidoria e/ou delineados pelo Conselho Nacional do Ministério Público;
- g) Planejar, supervisionar, controlar e atualizar a alimentação e a movimentação de dados e informações, inclusive estatísticas de programas e projetos específicos da Ouvidoria ou do Conselho Nacional do Ministério Público;
- h) Planejar, supervisionar e atualizar os controles dos prazos processuais e procedimentais, objetivando o seu integral cumprimento;
- i) Manter registro e controle das atividades desenvolvidas, apresentando relatórios;
- j) Executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no Anexo IV, item V, da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016.

VI – Ao Assessor de Promotor de Justiça, cabe:

- a) Assessorar o Promotor de Justiça em assuntos de natureza jurídica, técnica ou administrativa;
- b) Executar atividades estratégicas da Promotoria, relativas ao planejamento, formatação e execução dos processos de trabalho, notadamente quando envolvam dados sigilosos ou sensíveis;
- c) Assessorar o Promotor de Justiça na formatação e execução dos processos de trabalho, a exemplo da tramitação de procedimentos extrajudiciais e processos judiciais, inclusive de caráter sigiloso e que contenham dados sensíveis, fluxogramas administrativos e das atividades-fim, entre outras atribuições específicas da Promotoria;
- d) Assessorar o Promotor de Justiça em processos e procedimentos eleitorais;
- e) Elaborar e apresentar minutas de pareceres e demais peças processuais, bem como estudos de projetos específicos da Promotoria;
- f) Cientificar o Promotor de Justiça de fatos que, a seu juízo, caracterizem irregularidades passíveis de serem reparadas, denunciadas ou questionadas pelo Ministério Público;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

g) Planejar e executar atividades específicas para a manutenção de programas e projetos da Promotoria e/ou delineados pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

h) Planejar, supervisionar, controlar e atualizar a alimentação e a movimentação de dados e informações, inclusive estatísticas de programas e projetos específicos da Promotoria ou do Conselho Nacional do Ministério Público;

i) Planejar, supervisionar e atualizar os controles dos prazos processuais e procedimentais, objetivando o seu integral cumprimento;

j) Manter registro e controle das atividades desenvolvidas, apresentando relatórios; e

k) Executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no Anexo IV, item V, da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016.

VII – Ao Assessor da Central de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo, cabe:

a) Auxiliar a Coordenação na elaboração de dados estatísticos;

b) Elaborar pareceres técnicos e relatórios de gestão;

c) Realizar a autuação e devolução dos procedimentos e processos judiciais às Promotorias e Procuradorias de Justiça solicitantes, através dos sistemas informatizados próprios;

d) Realizar sessões de mediação, conciliação e círculos de construção de paz quando necessário, conforme designação da Coordenação;

e) Auxiliar a Coordenação no planejamento e execução das atividades administrativas sempre que solicitado, bem como prestar-lhe suporte quando solicitado;

f) Assessorar a Coordenação da COAPAZ na elaboração e desenvolvimento de projetos de disseminação e execução das práticas restaurativas internos e de alcance externo;

g) Executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no Anexo IV, item V, da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016.

VIII – Ao Assessor do Gabinete da Ouvidoria, cabe:

a) Assessorar o Ouvidor do Ministério Público em assuntos de natureza jurídica, técnica ou administrativa;

b) Executar atividades estratégicas da Ouvidoria e assessorar o Ouvidor no planejamento, formatação e execução dos processos de trabalho, notadamente quando envolvam dados sigilosos ou sensíveis;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- c) Elaborar e apresentar minutas de respostas às denúncias, bem como estudos de projetos específicos da Ouvidoria;
- d) Cientificar o Ouvidor de fatos que, a seu juízo, caracterizem irregularidades passíveis de serem reparadas, denunciadas ou questionadas pelo Ministério Público;
- e) Planejar, supervisionar, controlar e atualizar a alimentação e a movimentação de dados e informações, inclusive estatísticas de programas e projetos específicos da Ouvidoria ou do Conselho Nacional do Ministério Público;
- f) Planejar, supervisionar e atualizar os controles dos prazos processuais e procedimentais, objetivando o seu integral cumprimento;
- g) Manter registro e controle das atividades desenvolvidas, apresentando relatórios;
- h) Executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no Anexo IV, item V, da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016.